

EDUCAÇÃO LITERÁRIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM CAMINHO POSSÍVEL PARA COMBATER A CENSURA DE LIVROS LITERÁRIOS

LITERARY EDUCATION IN TEACHER TRAINING: A POSSIBLE WAY TO COMBAT CENSORSHIP OF LITERARY BOOKS

Andreia dos Santos Oliveira¹

RESUMO: As reiteradas situações atuais de censuras aos livros literários motivaram a escrita deste artigo cujo objetivo é defender a formação sólida de professores como ferramenta de combate à censura de livros literários no Brasil. Para isso, realiza-se uma breve retrospectiva dos períodos em que houve censura aos livros no Brasil e logo em seguida são apresentadas a importância do texto literário para a formação do sujeito bem como as suas funções e características. As ideias defendidas neste artigo ancoram-se principalmente nos estudos de Candido (2011) e Andrueto (2012). Como conclusão é possível apontar a perseguição sofrida pelos livros, principalmente os literários, durante governos autoritários e a necessidade de uma formação inicial e continuada sólida que permitam aos professores licenciados em Letras e Pedagogia conhecimentos do que seja o texto literário, as suas funções e características, pois dessa forma terão argumentos suficientes para defenderem as escolhas literárias realizadas e também para planejar e desenvolver aulas que promovam uma educação literária aos seus alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação literária; Formação de professores; Censura; Livros literários; Combate à censura.

ABSTRACT: The repeated current situations of censorship of literary books motivated the writing of this article whose objective is to defend solid teacher training as a tool to combat censorship of literary books in Brazil. To this end, a brief retrospective of the periods in which there was censorship of books in Brazil is carried out and then the importance of the literary text for the formation of the subject as well as its functions and characteristics are presented. The ideas defended in this article are mainly based on studies by Candido (2011) and Andrueto (2012). As a conclusion, it is possible to point out the persecution suffered by books, especially literary ones, during authoritarian governments and the need for solid initial and continued training that allows teachers with degrees in Literature and Pedagogy to know what a literary text is, its functions and characteristics as this way they will have sufficient arguments to defend the literary choices made and also to plan and develop classes that promote literary education for their students.

KEYWORDS: Literary education; Teacher training; Censorship; Literary books; Combating censorship.

¹ Professora de Língua Portuguesa e Literatura no Instituto Federal de Rondônia. Doutora em Educação. E-mail: andreia.oliveira@ifro.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4623-9757>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4520225185356002>.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, no Brasil, tem se tornado comum ler notícias de livros literários que foram censurados ou pela família ou até mesmo por agentes escolares com o argumento de que tais obras não sejam adequadas para determinada faixa etária ou de que estariam incitando questões sexuais ou de violência. Como exemplo de obras literárias censuradas recentemente cito os livros: *Memórias Póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis (1999), *Meninos sem pátria* de Luiz Puntel (1995), *A bolsa amarela* de Lygia Bojunga (1992) e mais recentemente *O avesso da pele* de Jeferson Tenório (2020) e *Menino marrom* do Ziraldo (2013). A maioria dessas obras debate questões raciais, abordam a diversidade e denunciam mazelas sociais e violações de direitos humanos.

Entretanto, apesar da censura aos textos literários terem se tornado mais latente nos últimos anos, devemos lembrar que a arte sempre correu riscos diante de governos autoritários e sociedades conservadoras. Com base nessa problemática que não é atual, mas ganhou novos contornos nos últimos anos, com o avanço tanto de governos autoritários quanto da sociedade conservadora, elaborei o artigo em questão cujo objetivo é defender a formação sólida de professores como ferramenta de combate à censura de livros literários no Brasil e para isso apresentarei a função e as características dos textos literários.

Discutir a censura e o papel da literatura na formação do sujeito é importante, porque, como cada vez mais, muitos agentes escolares precisam justificar a escolha de determinada obra literária para trabalhar com os alunos, é importante que essas justificativas sejam firmadas em argumentos que levem em consideração as características do texto literário e não baseada em ideias conservadoras do que seja a função do texto literário.

Para tanto, na primeira seção do artigo, farei uma retrospectiva da censura sofrida pelos livros durante o período da Ditadura Militar no Brasil e em outras épocas e na seção seguinte, fundamentada no crítico brasileiro, Antonio Candido e na pesquisadora argentina Maria Teresa Andruetto, apresentarei argumentos para explicar que a função da literatura não é ensinar como defendem muitas pessoas.

1. CENSURA DOS LIVROS – UM VELHO NOVO PROBLEMA

Entre os anos 476 e 1453, período que ficou conhecido como a Idade Média, o Ocidente era dominado por um paradigma religioso que mantinha o poder por meio de rigorosas

restrições às leituras. Tudo isso ocorreu em um contexto em que a alfabetização se tornara amplamente disseminada. A Bula Papal conhecida como *Index librorum prohibitorum* é um documento basilar para entender esse fenômeno. Nela, os livros considerados indesejáveis para os “bons cristãos”, eram listados e caso a regra fosse desrespeitada ocasionaria na excomunhão e isso poderia por em risco sobrevivência individual e familiar do “transgressor” (Goes, Bari, 2021).

Mais recentemente no Brasil, durante a Ditadura Militar que se instaurou a partir de 1964, muitos livros literários e não literários passaram a sofrer censuras. Com o decreto do AI-5, instaurou-se entre os anos de 1968 a 1974 o período mais sombrio dos governos militares.

Segundo Alves (2012), com o objetivo de censurar e controlar veículos de comunicação, espetáculos de diversões e publicações, entre os anos citados acima, órgãos foram criados. Na mesma época, foi editado um decreto com o objetivo de obrigar as editoras a enviar os textos para censura prévia. A intenção era analisar se as obras possuíam discursos contrários à moral e aos bons costumes. Alguns renomados autores como Jorge Amado, Érico Veríssimo, dentre outros, não admitiram que seus livros passassem por esse processo. Em virtude dos protestos de alguns desses autores, o regime recuou e eximiu de censura as obras de cunho “filosóficos, científicos e didáticos”. Entretanto, continuavam a controlar as publicações que apresentassem riscos à “segurança nacional”. Já as publicações de autores considerados socialistas eram acompanhadas de perto (Alves, 2012).

Sobre esse assunto, Bari (2012, p. 08) assim se pronuncia:

Partindo para o contexto da ditadura militar no Brasil, os livros que estavam na mira da censura eram principalmente os eróticos e os que continham ideias políticas, sociais e econômicas divergentes do governo. Em tais contextos, o Regime defendia o argumento de que tais publicações feriam a moral e os bons costumes, julgando-as subversivas. Vale salientar que a maior parte da apreensão de livros ocorreu devido as denúncias.

Porém, antes do período da Ditadura Militar, os livros já haviam sido proibidos de circularem no Brasil. Segundo Brito (2015, p. 122), no período que abrange a chegada dos portugueses até a chegada da família real portuguesa, em 1808, proibia-se “[...] não apenas a circulação de jornais, livros, tipografias e até a criação de cursos superiores eram rigorosamente vetados”.

Movimento semelhante é observado décadas após a Ditadura Militar. No ano de 2020, o site G1 divulgou a notícia de um documento produzido pela Secretária de Educação do estado

de Rondônia o qual solicitava a retirada de 43 livros literários das escolas estaduais, dentre esses estavam os clássicos *Memórias Póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis e *Macunaíma* de Mário de Andrade com o argumento de que os livros continham conteúdos inadequados às crianças e adolescentes. O Secretário de educação à época confirmou a existência de tal documento, mas afirmou que tratava apenas de um rascunho que nunca chegou a ser enviado às escolas (DOCUMENTO, 2020).

Segundo Reis e Heleno (2023, p. 150-151) o que motivou esse ato inconstitucional foi a tentativa de “[...]causar o silenciamento da crítica à ditadura militar [...] Percebe-se, com essa atitude, a tentativa de apagamento da cultura crítica expressa por diferentes autores com relação à igreja, ao conservadorismo e à hipocrisia da sociedade brasileira”.

Independente da época e local, o que se percebe é que os livros e as leituras são considerados perigosos para aqueles que desejam controlar uma sociedade. Se ameaça a ordem vigente é perigoso. Produzir discursos com ideologias distintas do governo não é permitido em nenhum regime autoritário.

Por ser o livro um instrumento de poder, ele é sempre um alvo certo de regimes ditatoriais. Através da censura, seja ela, velada ou explícita, são realizadas tentativas de controle desse conhecimento. Pode ocorrer de maneira ‘pacífica’, sendo feita através de ordens de proibição da circulação de determinado conteúdo, ou de maneira violenta, como por exemplo, a destruição física do livro. Em ambas a intenção é a mesma -evitar a disseminação de informações indesejadas por quem está no poder (Brasil, 2016, p. 12).

Entretanto, todos aqueles envolvidos no processo educacional que reconhecem a importância dos livros e mais especificamente dos livros literários, objetos de estudo neste artigo, para a formação do sujeito precisam conhecer o que é o texto literário, suas características e funções para não se acovardarem diante de discursos que pretendem moldar toda uma sociedade. É sobre isso que passo a discutir na seção seguinte.

2 O CONHECIMENTO DA FUNÇÃO DO TEXTO LITERÁRIO COMO FERRAMENTA DE COMBATE À CENSURA

Infelizmente, a censura sofrida por alguns livros literários não ficou aprisionada na Idade Média e nem no período da Ditadura Militar como foi apresentado na seção anterior deste artigo. Nos dias atuais, já vivenciadas mais de duas décadas do XXI, tem-se tornado recorrente ler ou assistir a notícias de que a presença de determinada obra literária em âmbito escolar está

sendo questionada e até censurada. Embora o discurso atual seja mais sutil que o utilizado na Ditadura Militar, o objetivo é o mesmo: interromper as vozes que são dissonantes. Entretanto, fundamentada no filósofo da linguagem russo, Volóchinov (2017, p. 140), compreendo que “[...] toda palavra é um pequeno palco em que as ênfases sociais multidirecionadas se confrontam e entram em debate”. Isso significa que não há como defender textos sem ideologias como querem os defensores do movimento intitulado *Escola sem Partido*, pois o discurso é composto por signos e todo signo é ideológico por natureza (Volóchinov, 2017). Ao ser utilizada em um contexto, a palavra ganha vida e de forma alguma pode ser considerada desprovida de concepções ideológicas.

Em substância, nós não escutamos nem pronunciamos uma palavra, mas escutamos uma verdade ou mentira, algo bom ou cativante, útil ou inútil, agradável ou desagradável etc. A palavra preenche-se de um conteúdo ou de um significado ideológico ou cotidiano (Volochinov, 2013, p. 116).

O enunciado produzido por Volochinov permite a reflexão sobre o poder intrínseco das palavras usadas dentro de um contexto e de como elas são carregadas de sentidos e ideologias que transcendem o seu reconhecimento e a sua sonoridade ao ser pronunciada pelo leitor. É justamente por isso que governos e sociedades autoritários tentam proibir os livros cujas ideologias são distintas das deles. O objetivo é evitar a disseminação de pontos de vistas e ideologias distintas pelo processo de silenciamento das vozes dissonantes. Os que tentam proibir a circulação dos textos compreendem o poder dos signos linguísticos na promoção de reações e reflexões.

Os livros, enquanto veículos de interação entre texto e leitor, frequentemente desafiam normas sociais e questionam ideologias dominantes. Quando um texto é censurado, não se trata apenas de suprimir uma narrativa; é uma tentativa de silenciar a verdade que ela pode representar ou a crítica e ameaça que pode oferecer ao *status quo*. Assim, as palavras contidas nesses livros adquirem um valor ainda maior, pois se tornam símbolos de resistência e contestação, forças centrífugas (Bakhtin, 2002). Não deve ser objetivo do texto literário a unificação de pensamentos e ideologias, visto que:

Quando um texto se propõe a ser utilizado de modo unívoco como veículo de transmissão de um conteúdo predeterminado, a primeira coisa que bate em retirada é a plurissignificação. Deixa-se de lado a direção plural dos textos para convertê-los em pensamento global, unitário; assim o literário subordina-

se a um fim predeterminado que tende a homogeneizar a experiência (Andrueto, 2012, p. 116).

A censura também revela um temor pelo poder das ideias e o desejo de permanência das forças centrípetas (Bakhtin, 2002), isto é, aquelas cuja função é estabilizar, homogeneizar os discursos. Ao proibir a circulação de certas obras, os censuradores reconhecem, mesmo que implicitamente, que as palavras têm a capacidade de influenciar a sociedade, moldando percepções, comportamentos e ideologias. Ao privar o público de acessar essas ideias, a censura tenta manter uma ordem social, mas acaba por gerar um efeito contrário: a busca pela leitura proibida se torna um ato de rebeldia e curiosidade, como já foi possível evidenciar na tentativa de censura do livro *O avesso da pele*. Segundo noticiado pela revista *Veja*, as vendas do livro cresceram 60% após ser recolhidos nas escolas do Paraná (Carneiro, 2024)

Além disso, a compreensão de que as palavras são dotadas de um conteúdo ideológico sugere que, ao serem censuradas, não só se limita o acesso à informação, mas também sonega ao ser humano a experiência que esses enunciados literários podem proporcionar. A literatura tem o poder de nos conectar com diversas realidades, emoções e reflexões que podem ser cruciais para o nosso desenvolvimento pessoal e social, pois: “A literatura é basicamente uma interrogação sobre o mundo” (Andrueto, 2012, p. 119)

Além dos governantes, não têm sido raras as vezes que os questionamentos e a censura têm partido da própria família que, sem conhecimento do que seja o texto literário e qual seja a sua função, questiona a escola sobre a escolha de determinada obra. É neste momento que defendo a importância cada vez mais latente de um currículo sólido que abranja à temática literatura infantil e juvenil em ambas as licenciaturas - Letras e Pedagogia, proporcionando assim uma educação literária aos futuros professores. Para abordar a educação literária recorro a Pereira e Balça (2018, p. 113) para as quais “[...] a educação literária pressupõe a aprendizagem das convenções do texto literário e a promoção de uma relação de prazer entre o texto literário e a criança”.

A citação acima destaca a importância da educação literária na formação de crianças, enfatizando dois aspectos fundamentais: a aprendizagem das convenções do texto literário e a criação de uma relação prazerosa com a literatura. O primeiro aspecto sugere que para as crianças tornarem-se leitoras críticas e apreciativas, é essencial que compreendam as características e estruturas que definem os textos literários, tais como linguagem literária, recursos expressivos denominados figuras de linguagens, o texto em prosa e em verso, estilos

de escrita, entre outros. Compreender tais aspectos não só enriquece a experiência de leitura, como também prepara as crianças para realizar leitura crítica das obras literárias.

Em segundo lugar - a promoção de uma relação de prazer - indica que a educação literária deve ultrapassar os conhecimentos do que seja um texto literário. É preciso criar situações para que, durante o ato de ler, os leitores dialoguem com os textos, construindo sentidos e para isso é preciso mobilizar as estratégias de leitura, tais como: conhecimentos prévios, realizar conexões com outros textos já lidos e situações vivenciadas, fazer inferências, elaborar perguntas e ir em busca de respostas, sumarizar e sintetizar (Giroto; Souza, 2010).

Tanto o professor pedagogo que atuará na Educação Infantil e Ensino Fundamental séries iniciais quanto o professor de Língua Portuguesa têm como objetivos formar leitores e dentre esses, leitores de textos literários. Mas para que isso seja possível é preciso que esse próprio professor seja um leitor literário, conhecedor da diversidade de gêneros, autores, estilos e principalmente das características que definem o texto como sendo literário e a sua importância para a constituição do sujeito. Com uma formação sólida esses professores terão condições tanto de propor situações em sala de aula que contribuam para a formação de leitores como de argumentar com pais conservadores sobre o papel da literatura para a constituição humana.

O primeiro ponto que deve ficar muito claro para os professores é que a oferta do texto literário aos alunos de todas as idades deve ser compreendida como um direito humano inegociável como defende o crítico brasileiro Antonio Candido, no texto *Direito à literatura* (2011). O autor explica que pensar na questão dos direitos humanos implica reconhecer que aquilo que é indispensável para mim também seja indispensável para o outro. Argumenta ainda que o acesso ao texto literário deve ser compreendido como bem inapreensível, isso quer dizer que esse direito se assemelha ao direito de alimentação, moradia e lazer e, portanto, não pode ser sonhado a nenhuma pessoa. Entretanto, o crítico explica que para ser inserida na categoria de bem inapreensível é preciso provar que a leitura do texto literário “[...] corresponda a uma necessidade profunda do ser humano, a necessidades que não podem deixar de ser satisfeitas sob pena de desorganização pessoal, ou pelo menos de frustração mutiladora” (Candido, 2011, p. 176).

Para provar a sua tese de que a leitura literária deve ser compreendida como direito humano universal, Candido apresenta alguns argumentos, conforme elenco nos parágrafos a seguir.

O primeiro deles é o fato de que não há ser humano que consiga viver sem algum contato com o universo fabulado e a partir da alteração de um conceito formulado por Otto Ranke afirma que: “[...] a literatura é o sonho acordado das civilizações, portanto assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura” (Candido, 2011, p. 177).

Sendo a literatura “agente formador por excelência” como propõe Coelho (2000, p. 18) “A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de viver dialeticamente os problemas” (Candido, 2011, p. 177).

Candido (2011) já previa as condenações violentas as quais os livros literários podem ser submetidos e para isso, o crítico usava o seguinte argumento:

A respeito desses dois lados da literatura convém lembrar que ela não é uma experiência inofensiva, mas uma aventura que pode causar problemas psíquicos e morais, como acontece com a própria vida, da qual é imagem e transfiguração. Isto significa que ela tem papel formador da personalidade, mas não segundo as convenções; seria antes segundo a forma indiscriminada e poderosa da própria realidade. Por isso, nas mãos do leitor, o livro pode ser fator de perturbação e mesmo de risco. Daí a ambivalência da sociedade em face dele, suscitando por vezes condenações violentas quando ele veicula noções ou oferece sugestões que a visão convencional gostaria de proscrever. No âmbito da instrução escolar o livro chega a gerar conflitos, porque o seu efeito transcende as normas estabelecidas (Candido, 2011, p. 178).

Candido prossegue o seu argumento enfatizando que os textos literários apresentam “[...] livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver”. Esse fato provoca:

[...] conflito entre a ideia convencional de uma literatura que eleva e edifica (segundo padrões oficiais) e a sua poderosa força indiscriminada de iniciação da vida, com uma variada complexidade nem sempre desejada pelos educadores. Ela não corrompe e nem edifica (Candido, 2011, p. 175).

São nestes aspectos apresentados que residem a complexidade do texto literário. Não sendo objeto nem de edificação e nem de corrompimento, como defende Candido, mas de humanização do sujeito, justamente por abordar a complexidade humana, apresentando o bem e o mal, a partir de diferentes pontos de vista: “A função da literatura está ligada à complexidade da sua natureza, que explica inclusive o papel contraditório mas humanizador (talvez humanizador porque contraditório)” (Candido, 2011, p. 178). Portanto, a riqueza do texto

literário reside em sua complexidade e isso deve ser motivo para levar os textos para os alunos e não para censurá-los como vem acontecendo com tanta frequência, nos últimos anos, em nosso país

Importante lembrar que o texto literário não pode ser confundido com manual de “bons comportamentos” como creem aqueles que não têm conhecimentos profundos a respeito das características da arte das palavras e por isso, Candido apresenta três faces da literatura que merecem análise:

- (1) ela é a construção de objetos autônomos como estrutura e significado.
- (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente.
Ela é transmissora de conhecimentos
- (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente (Candido, 2011, p. 178-179).

Muitos censuradores do texto literário além de fazerem isso com base em suas visões limitadas conservadoras de uma sociedade também se detêm apenas na última face apresentada por Candido, ou seja, acreditam que o papel central do texto literário seja transmitir conhecimentos, resultando assim em aprendizados, como uma espécie de manual de instrução de bons modos ou bons comportamentos. É importante ressaltar que o “bom” é definido por um determinado grupo, como se o que agrada a uma parte da população tivesse que agradar a todos. Entretanto, o terceiro aspecto, isto é, o de se caracterizar como transmissor de conhecimentos é apenas um aspecto que não deve ser levado em consideração de forma isolada dos demais apresentados:

O efeito das produções literárias é devido à atuação simultânea dos três aspectos, embora costumemos pensar menos no primeiro, que corresponde à maneira pela qual a mensagem é construída; mas esta maneira é o aspecto, senão mais importante, com certeza crucial, porque é o que decide se uma comunicação é literária ou não” (Candido, 2011, p. 179).

Candido (2011) propõe a ideia do texto literário como objeto constituído pela força da palavra organizada. O crítico literário propõe uma metáfora da palavra com tijolos de construção, defende que os tijolos dão a ideia de organização da matéria e como elementos organizados têm o poder de organizar as mentes, sentimentos e visões de mundo de seus leitores. O texto literário toca os seus leitores devido à fusão entre mensagem e organização. O texto literário humaniza, na perspectiva defendida por Candido (2011) e para ele humanização:

[...] é o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (Candido, 2011, p. 182).

Em síntese, é necessário ofertar os textos literários aos alunos de todas as idades, porque “[...] ela corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza” (Candido, 2011, p. 188).

Levando em consideração, os aspectos apresentados por Candido, defendendo que o escritor do texto literário, no ato da escrita, não deve ser preocupar em fazer da sua obra manual de “bons comportamentos”, visto que a função da literatura não é informar, acomodar os sentimentos, como defende Andrueto (2012, p. 33): “Prefiro que a literatura seja um redemoinho, sempre se desacomodando [...]. A escritora argentina prossegue sua defesa em torno do texto escrito argumentando:

Escrever para que o escrito seja abrigo, espera, escuta do outro. Porque a literatura, mesmo assim, é essa metáfora da vida que continua reunindo quem fala e quem escuta num espaço comum, para participar de um mistério, para fazer que nasça uma história que pelo menos por um momento *nos cure da palavra*, recolha nossos pedaços, junte nossas partes dispersas [...] (Andruetto, 2012, p. 24).

Não se acovardar diante de uma sociedade conservadora é um dos requisitos para o bom escritor do texto literário. Este não aceita ter a sua escrita aprisionada nem por dogmas estéticos, muito menos políticos. Nega-se ainda a formatar a sua escrita às demandas mercadológicas e editoriais “[...] porque baseia sua estética no questionamento de certos dogmas e porque escreve não para demonstrar certas verdades, mas para buscá-las no processo de escrita, que é, em si mesmo, um caminho de conhecimento” (Andruetto, 2012, p. 56-57). Portanto, textos literários cujos temas abordem as questões sociais, raciais, de discriminações, violência familiar, ditadura e tantos outros podem e devem circular (Andrueto, 2012).

A censura aos textos literários direcionados ao público infantil é ainda mais latente. Isso justifica-se tanto pelo fato de os conservadores demonstrarem preocupações com a

formação ética e moral das crianças como pelo fato de que no início, a literatura infantil chegada no Brasil apresentava preocupações muito mais pedagógica do que estética. Entretanto, como o passar dos séculos, a literatura infantil vai perdendo o seu caráter pedagógico e se preocupando muito mais com o caráter literário. Apesar disso “[...] a literatura infantil/juvenil é com demasiada frequência, relacionada ao funcional, ao utilitário, convertendo o infantil/juvenil e o funcional em dois aspectos de um mesmo fenômeno” (Andrueto, 2012, p. 61) e em pleno século XXI, continuam atribuindo ao texto literário “[...] a inocência, a capacidade de adequar-se, de adaptar-se, de divertir, de brincar, de ensinar e, especialmente, a condição central de não incomodar nem desacomodar [...]” (Andruetto, 2012, p. 59). Desconhecem o fato de que um bom livro “[...] é um livro menos funcional” (Andruetto, 2012, p. 65). A função da literatura não é ensinar, aprisionar e nem local para uniformizar pensamentos e discursos, mas muitas vezes é o único espaço encontrado para “[...] se debruçar sobre o diferente” (Andruetto, 2012, p. 75).

Com tantas cobranças e censuras, muitos escritores com a justificativa de que precisam pagar as suas contas, acabam sucumbindo ao mercado editorial e às cobranças de parte da sociedade e produzem uma escrita dita:

“correta” “[...] quando não francamente frívola (politicamente correta, socialmente correta, educacionalmente correta), ou seja fabrica produtos que são considerados/recomendáveis para a formação de uma criança ou para o seu divertimento. E já se sabe que correto não é um adjetivo que cai bem na literatura, pois a literatura é uma arte na qual a linguagem resiste e manifesta sua vontade de desvio da norma (Andruetto, 2012, p. 60).

Os professores, ao levarem uma obra literária para a sala de aula não devem preocupar-se se o texto está ensinando regras de “bom” comportamento, até mesmo, porque se este for o seu objetivo, não tem relação com o literário. Muito mais importante é saber se o texto não está veiculando preconceitos e abordando uma criança ou adolescente que não condiz com as características das crianças e adolescentes contemporâneos. Por isso, Coelho apresenta algumas características que os professores devem levar em consideração ao escolherem uma obra literária para apresentar as crianças, conforme apresentado no quadro a seguir.

Quadro 01: Característica da Literatura Infantil Contemporânea

Questionamento da autoridade Sistema social fundado na valorização do fazer como manifestação autêntica do ser Moral da responsabilidade ética

Sociedade sexófila
Redescoberta e reinvenção do passado
Concepção de vida fundada na visão cósmica/existencial/mutante da condição humana.
Intuicionismo fenomenológico
Antirracismo
A criança ser em formação (“mutantes “do novo milênio)

Fonte: Coelho (2000, p. 19, grifos da autora).

Ao analisar as características do texto literário apresentadas por Coelho, é possível identificar elementos que enriquecem o encontro do leitor com o texto literário. Essas características não apenas definem a forma literária, mas também refletem as complexidades da experiência humana e as dinâmicas sociais contemporâneas, como passo a explicar a seguir.

1. Questionamento da Autoridade: Muitas obras literárias desafiam normas sociais e questionam estruturas de poder, promovendo uma reflexão crítica sobre a autoridade e suas implicações.
2. Valorização do Fazer: O texto literário frequentemente destaca o ato de criar como uma manifestação autêntica do ser, valorizando o processo criativo e a individualidade do sujeito.
3. Moral da Responsabilidade Ética: A literatura também aborda questões éticas, incentivando uma reflexão sobre a responsabilidade moral dos personagens e dos leitores em relação às suas ações e escolhas. Mas fazendo isso não apresentando apenas um aspecto do ser humano, mas expondo as complexidades que possam promover reflexões.
4. Sociedade Sexófila: Muitas narrativas exploram a sexualidade e as relações humanas, revelando dinâmicas sociais que refletem a complexidade das interações entre os gêneros.
5. Redescoberta e Reinvenção do Passado: Não são raros os textos literários atuais que revisitam e reinterpretem eventos históricos, permitindo que novas perspectivas sejam exploradas e compreendidas. Neste aspecto é importante que o professor ajude os alunos leitores perceberem a influência do contexto histórico na composição da obra.
6. Visão Cósmica da Condição Humana: Muitas obras literárias apresentam uma concepção de vida que contempla a existência humana em um contexto mais amplo,

refletindo sobre a natureza mutável da vida e a interconexão entre os indivíduos e o cosmos.

7. Intuicionismo Fenomenológico: A literatura frequentemente valoriza a experiência subjetiva e a percepção intuitiva, explorando a vivência interna dos personagens e suas emoções.
8. Antirracismo: Questões de raça e identidade têm sido abordadas, promovendo uma narrativa antirracista e defendendo a diversidade cultural.
9. A Criança como Ser em Formação: A literatura contemporânea frequentemente retrata crianças e jovens como "mutantes" do novo milênio, enfatizando seu papel na transformação social e cultural.

Todas essas características apresentadas tornam o texto literário um espaço de diálogo, reflexão e inovação, permitindo que autores e leitores explorem a complexidade da experiência humana.

A partir de todo o exposto, é possível afirmar que os cursos de licenciatura em Letras e Pedagogia, ao reconhecer e entender as características do texto literário, contribuem para a formação de professores que compreenderão o caráter indissociável da ideologia e do signo linguístico e serão defensores da liberdade de expressão e da diversidade cultural. Essa formação crítica e aprofundada é essencial para equipá-los com as ferramentas necessárias para enfrentar a censura, promovendo uma educação que valoriza a criatividade, a reflexão e o respeito às múltiplas vozes da literatura. Portanto, investir na educação literária é um passo fundamental para garantir que todos os alunos tenham acesso a um repertório amplo e enriquecedor, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a análise das censuras sofridas pelos livros ao longo da história, desde a Idade Medieval até o período militar e os dias atuais, evidencia como a literatura tem sido um campo de batalha para a liberdade de expressão e a diversidade de pensamentos. As obras de Antônio Cândido e Maria Teresa Andruetto nos mostram que o texto literário não é apenas uma forma de arte, mas também uma ferramenta poderosa de reflexão crítica e transformação social. Portanto, professores não podem se intimidar diante de uma sociedade conservadora e levar para a sala de aula aquilo que Andruetto (2012, p. 124) denominou de literatura *light*, isto é,

produzida com o intuito de ensinar regras, valores ou diversão ou seja, textos que contribuem para manutenção de um conservadorismo político e social.

Por isso, a defesa por licenciaturas que promovam uma educação literária, pois ao compreender as características e funções do texto literário, os educadores se armam contra as práticas de censura, capacitando-se para promoverem uma educação que valoriza a pluralidade de ideias e o diálogo. Por fim, defendo que a formação de professores com um profundo entendimento do que seja o texto literário, da diversidade de gêneros discursivos, autores e estilos se torna um imperativo para garantir que as vozes dissonantes continuem a ecoar, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e respeitosa. O fortalecimento desse conhecimento é essencial não apenas para resistir à censura, mas também para cultivar leitores críticos e cidadãos conscientes em um mundo em constante transformação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Alexandre Rodrigues. A censura a livros na ditadura militar implantada em 1964. **Educação Pública**. 2012, Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/12/32/a-censura-a-livros-na-ditadura-militar-implantada-em-1964>. Acesso em: 04 ou. 2024.
- ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Moderna, 1999.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética: A Teoria do Romance**. Tradução: Aurora Fornoni Bernardini et al 5. ed. São Paulo: Editora Hucitec Annablume, 2002.
- BOJUNGA, Ligia. **A bolsa amarela**. 22. Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1992.
- BRASIL, Paula. **O bibliocausto nazista: a destruição de livros judaicos durante o Terceiro Reich**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul -Curso de Biblioteconomia. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/147274>. Acesso em 08 out. 2024.
- BRITTO, Rossana G..**Visitadores das naus: livros nocivos e mercadorias proibidas pela inquisição portuguesa nos séculos XVI e XVII**. Revista Tempo Amazônico-ISSN 2357-7274| V. 2 | N.2 | jan -jun de 2015 | p. 112-125.
- CARNEIRO, Mariana. Após censura, vendas de ‘O Averso da Pele’ crescem mais de 6.000%. **Veja**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/apos-censura-vendas-de-o-avesso-da-pele-crescem-mais-de-6000>. Acesso em: 21 out. 2024.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: Duas Cidades, 2004.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil**. Teoria. Análise. Didática. 7. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

DOCUMENTO da Secretaria de Educação de RO manda recolher de escolas 'Macunaíma' e mais 42 livros; secretário diz ser 'rascunho'. **G1**. 06/02/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/02/06/documento-da-secretaria-de-educacao-de-ro-manda-recolher-de-escolas-macunaíma-e-mais-42-livros-secretario-diz-ser-rascunho.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2024.

GIROTTTO, Cyntia Graziella Guizelim Simões; SOUZA, Renata Junqueira. Estratégias de leitura: para ensinar alunos a compreender o que leem. In: GIROTTTO, Cyntia Graziella Guizelim Simões; SOUZA, Renata Junqueira et. al. (org.). **Ler e compreender: estratégias de leitura**. Campinas: Mercado das Letras, 2010. p 45-114.

GÓES, Priscilla da Silva; BARI, Valéria. A leitura é um perigo para quem? Censura no período da ditadura militar e seus reflexos na atualidade. **Biblionline**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 3-17, 2021.

PEREIRA, Claudia; BALÇA, Angela. Educação literária na escola: a importância da escolha do livro e das atividades para a sua exploração na sala de aula. **Educação Análoga**, Londrina, v.3, n.1, p.113-132, jan./jun. 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/31915/24854>. Acesso em: 23 fev. 2021.

PUNTEL, Luiz. **Meninos sem Pátria**. 23. ed. São Paulo: Ática, 1995

REIS, Brenda Rosa Vasconcelos; HELENO, Alex Rezende. Literatura e censura: do passado ao presente. **Frontería**, 2023, disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/litcomparada/article/view/4519/3787>. Acesso em: 10 out. 2024.

TENÓRIO, Jeferson. **O avesso da pele**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ZIRALDO. **O menino Marrom**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013.